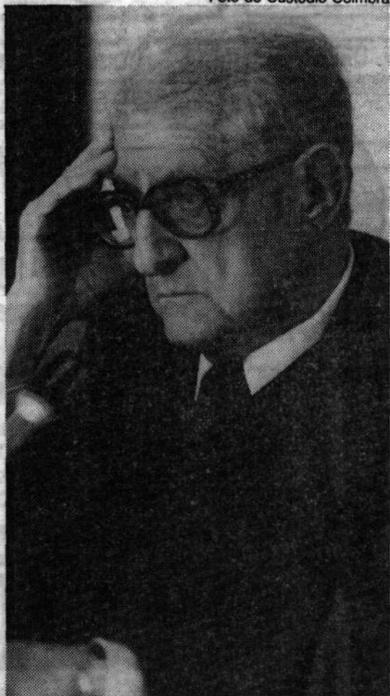


Tendências progressistas dominam a comissão Arinos

Foto de Custódio Coimbra

Lima de Amorim



Arinos condena o autoritarismo

Terça-feira passada, no Hotel Glória, durante o intervalo de uma reunião plenária da Comissão de Estudos Constitucionais, o conselheiro Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), perguntou ao colega Bolívar Lamounier, cientista político da USP e PUC: "As coisas estão desandando?"

Eulálio estava preocupado com propostas que considera estatizantes aprovadas pela comissão, que pela primeira vez mostra divisões, desde sua instalação há nove meses. "Estamos num rumo esquerdistas", denuncia outro empresário, Sérgio Quintella, presidente da Montreal Engenharia, a maior do país no setor de montagens industriais. Mas o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, não se assusta: "Os textos que aprovamos apenas incorporam avanços sociais represados durante 20 anos de regime autoritário."

Boicote?

A mais recente reunião plenária, encerrada quarta-feira, deixou conselheiros contrariados. Um grupo considerado radical, por intermédio de Sérgio Quintella, ameaçou não comparecer à próxima plenária, em Itaipava, dentro de duas semanas. Quintella disse que, além dele, não iriam Luiz Eulálio, dono da Companhia Brasileira de Máquinas, João Pedro Gouveia Vieira, presidente do grupo Ipiranga; Raul Machado Horta, diretor da siderúrgica Belgo Mineira; e o advogado de empresa Alberto Venâncio.

O motivo alegado foi falta de tempo, pois os integrantes da comissão devem passar dez dias em Itaipava. Mas houve quem a considerasse um pretexto para o primeiro boicote aos trabalhos da comissão, cujas decisões têm contrariado os conselheiros mais conservadores.

"Não existem blocos ideológicos", garante padre Fernando Bastos D'Ávila, professor de Ética Social da PUC do Rio de Janeiro.

Entre os 50 conselheiros, ele só faz uma distinção: "Há os que defendem uma democracia mais participativa, aberta a todas as camadas; outros tentam conservar uma democracia de classes médias, que tutelariam o direito de participação de camadas mais baixas."

Mas essa divisão, frisa o padre D'Ávila, não é rígida; varia de acordo com a natureza das propostas. Cita um exemplo pessoal: "Nos valores familiares, votei com os conservadores; nos sociais, votei sempre com a tendência progressista. Foi derrotado na votação do texto sugerido pela professora Rosah Russomano, que suprimiu o limite de separações conjugais. Mas apoiou a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, combatida pelos empresários e advogados de empresas."

Divisões

Os conselheiros evitam a classificação ideológica dos colegas, pelo menos de forma aberta, embora alguns o façam reservadamente, por ser esse o problema mais delicado da comissão no momento. O economista Walter Barelli, diretor-técnico do DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos), confessa que, ao ser convocado para a comissão, tentou classificá-la:

"Concluí que ela era conservadora. Enganei-me: na prática ela é progressista. No conjunto, apenas uns dez conselheiros podem ser definidos, por suas obras ou posições de representação: O resto é incatologável."

Barelli ri ao saber que, na divisão esboçada por outra pessoa, ele foi enquadrado como liberal, ao lado de Afonso Arinos, Evaristo de Moraes Filho, Cândido Mendes, Eduardo Porfella, Fajardo José Pereira, Josaphat Marinho, Saulo Ramos, Miguel Reale Jr., Paulo Brossard, Claudio Pacheco, Sepúlveda Pertence e Bolívar Lamounier.

Outro grupo, definido como esquerda nacionalista, seria formado por Clóvis Ferro Costa, Cristóvão Buarque, Celso Furtado, Fernando Bastos D'Ávila, Mauro Santayana, Jorge Amado, Joaquim Falcão, José Afonso da Silva, Luiz Pinto Ferreira, Barbosa Lima Sobrinho, Edgar Godoi da Mata Machado e Gilberto Freire (afastado por motivo de doença).

Haveria também o grupo centro-nacionalista, com Rosah Russomano, Florisa Verucci, Antônio Ermírio de Moraes, Hélio Jaguaribe, José Alberto Assunção, José Francisco da Silva — presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) —, José Meira (fazendeiro de Pernambuco), Mário Martins, Odilon Coutinho, Laerte Vieira e o reverendo Guilhermino Cunha.

Os conservadores formariam um pequeno grupo: Miguel Reale (pai), Raul Machado Horta, Orlando Carvalho, Claudio Laçombe, Hilton Rocha e João Pedro Gouveia Vieira. A direita seria o menor segmento, com Sérgio Quintella, Gilberto de Ulhoa Canto, Luiz Eulálio Bueno Vidigal e Ney Prado. Minoritária, a direita tem perdido a maioria das votações.

Nuances

Os liberais são considerados democratas, favoráveis a uma concepção de estado modernizador, ágil e capaz de manter um relacionamento externo digno; a esquerda nacionalista seria integrada por conselheiros comprometidos com mudanças sociais mais profundas e preocupados com a total soberania do país; os centro-nacionalistas não se preocupariam tanto com as transformações sociais internas, seriam menos revolucionários, mas prezariam a independência externa; os conservadores gostam da maioria das coisas como estão, embora façam concessões; e a direita quer piorar o que já existe, vendo qualquer liberdade de manifestação como um mau exemplo.

Para comparação de atitudes, cita-se a polémica sobre Ordem Social, no capítulo referente à participação dos operários no desempenho econômico das empresas. O comitê, coordenado por Evaristo de Moraes Filho, sugeriu participação nos lucros, mas o empresário Antônio Ermírio, dono do Votorantim, maior grupo privado do país, propôs que fosse sobre o faturamento, difícil de ser manipulado. Terminou sendo aprovada proposta de participação tanto no lucro como no faturamento. Odilon Ribeiro Coutinho, usineiro de Natal, apoiou a proposta.

— Você é um empresário suicida — acusou Ney Prado, ex-professor da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington.

No âmbito da comissão surgem outras hipóteses de divisões, sempre com nuances. Há, por exemplo, quem a divida em quatro grupos: o ideológico, subdividido em conservadores e socialistas; os intelectuais puros, que esbanjam erudição, às vezes com idéias irrealistas, transpostas de outros países para o Brasil; os ressentidos, cassados pelo regime passado; e os humanistas, que muitas vezes invocam a doutrina social da Igreja.

Outro conselheiro divide a comissão em três grupos: 6% seriam de direita, 12% conservadores e o resto progressistas. Finalmente, há alguém que resume tudo a duas correntes: os socialistas estatizantes (composto por pessoas como Evaristo de Moraes Filho, Ferro Costa, Hélio Jaguaribe, padre D'Ávila, José Afonso, José Francisco, Hélio Santos e Cândido Mendes) e os não socialistas nem estatizantes (Sérgio Quintella, Ulhoa Canto, João Pedro Gouveia, Laerte Vieira, Alberto Venâncio, Luiz Eulálio, Antônio Ermírio e Raul Machado Horta, um dos mais respeitados conselheiros entre seus pares).

Alianças

O procurador-geral da República, ex-vice-presidente da UNE, cassado em 1968, Sepúlveda Pertence, desdenha essas formas de divisão, acha que as relações são mais complexas. Ele próprio já votou com Sérgio Quintella em algumas propostas nos campos econômico e social, como permissão para o trabalho do menor a partir dos 14 anos, aprovada com ressalvas.

— No máximo — diz Sepúlveda — a gente pode considerar, talvez, que a comissão tem como predominante um grupo de classe média intelectualizada, que se opõe ao conservadorismo, convencido de que a democratização e a modernização da sociedade exigirão necessariamente reformas sociais. A maioria parece convicta de que, mesmo sem mudar o regime capitalista, deve-se aprofundar as reformas sociais.

Bolívar Lamounier admite que predomina na comissão uma tendência progressista nas questões sócio-econômicas e também preocupada em garantir uma democracia representativa estável. Há grande sensibilidade para a questão social. Isto é o que está surpreendendo as pessoas por aí fora, que esperavam posições conservadoras nas questões sociais.

Mas o empresário Sérgio Quintella se diz preocupado: "Está surgindo um texto constitucional muito rígido, que já orienta o país para um regime contrário à livre iniciativa privada."

Divisão surgiu com decisões polêmicas

A Comissão de Estudos Constitucionais, com dez comitês, já discutiu três temas: Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas, Ordem Econômica e Ordem Social. Geralmente a posição conservadora de um comitê muda na reunião plenária, onde as decisões são votadas por maioria simples, num conjunto mais heterogêneo de conselheiros.

Cinco decisões foram consideradas as mais polêmicas: unificação da polícia estadual, com extinção da polícia militar; desapropriação, em dinheiro, de empresas rurais mesmo produtivas, quando o estado julgar conveniente por questão social; nacionalização de empresas estrangeiras, por lei, se exigida pelos planos nacionais de desenvolvimento; limitação do pagamento dos encargos da dívida externa a no máximo 3% anuais; e reformulação do papel das Forças Armadas na sua tradicional responsabilidade pela garantia "dos direitos constituídos, na lei e da ordem".

A unificação da polícia estadual foi proposta pelo atual consultor-geral da República, Saulo Ramos, provocando grande reação no meio policial. Delegados e militares foram ao hotel Glória protestar contra a comissão. Mas a primeira divisão ideológica dos conselheiros surgiu da discussão do direito de propriedade.

Um dos artigos aprovados diz: "É assegurado a todos, na forma da lei, o direito à propriedade territorial rural, condicionado à sua função social." Outro artigo sentencia: "Constitui monopólio da União a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e condutos de petróleo e seus derivados, e o gás natural, em todo o território nacional."

ANC 88

Pasta Jan/Jul 86

Setembro/88

082